


ID: 82		Tiragem: 3 500	Página: 10	
Data: .09.2021	Raiano	País: Portugal Âmbito: regional Periodicidade: mensal	Cor: preto e branco	

Boas notícias do Movimento pela sede e autonomia da ESGIN



O Sol começou a raiar na alma das gentes arraianas das terras da Idanha. O Movimento pela Autonomia da ESGIN congratula-se com a recusa de homologação dos estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), nos termos em que foram aprovados pelo Conselho Geral daquela instituição.

Sendo nós, um movimento da sociedade civil, movido pelo amor ao torrão natal, lutamos por uma causa claramente justa e digna. Não aceitamos que Idanha-a-Nova deixe de ter uma Escola Superior com autonomia administrativa, pedagógica, científica e sede em Idanha-a-Nova.

Parabéns aos 5.578 naturais e amigos do concelho de Idanha-a-Nova que assinaram a Petição do nosso Movimento pela Sede e Autonomia da ESGIN e à Câmara Municipal, inquestionável companheira de luta. A nossa petição foi aprovada pelo Parlamento e contribuiu para que o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não homologasse os Estatutos propostos pelo IPCB.

O Sr. Presidente do IPCB em declarações públicas desvaloriza a não homologação e afirma "trataram-se de desconformidades administrativas". Em nossa opinião não se tratam de desconformidades administrativas, mas sim de manipulação da verdade, de não assumir a responsabilidade pelo fracasso de tão famigerada reestruturação e consequentemente o incumprimento do principal objetivo da sua candidatura à presidência do IPCB.

Tivemos acesso ao ofício e aos pareceres da Secretaria-Geral de Educação e Ciência (SGEC) e da Direção Geral do Ensino Superior (DGES), onde o Sr. Ministro confirma que a proposta submetida pelo IPCB não está em condições de ser homologada e requer uma revisão detalhada.

Recomenda ainda ao Sr. Presidente do IPCB "que a revisão da proposta de alteração dos estatutos venha ainda incluir os termos adequados à missão do IPCB no quadro do papel dos politécnicos no desenvolvimento dos territórios e na coesão territorial, sobretudo em ter-

mos de garantir um "ensino superior de proximidade", com reforço de atividades de ensino/aprendizagem, de investigação e de inovação em toda a região, em estreita colaboração com os principais atores regionais, públicos e privados, em articulação com os municípios da região."

Conforme escreve o Professor Valter Lemos numa carta aberta ao Conselho Geral "Lamentável é que os órgãos do IPCB, a quem compete defender e prosseguir a missão do mesmo, tenham que ser "repreendidos" pelo ministro por não estarem a cumprir a missão que lhes confiaram."

Sempre consideramos que a ESGIN não pode ser extinta por uma decisão tomada em Conselho Geral do IPCB, mas sim pelo Governo Português, nomeadamente com a revogação do Decreto-Lei do Decreto-Lei nº 153/97, de 20 de junho e que de acordo com o n.º 2 do artigo 59.º do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, a extinção de escolas de instituições de ensino superior públicas,

como é o caso da ESGIN, carece de autorização prévia do ministro da tutela.

Na prossecução deste processo de reestruturação não acreditamos nos objetivos, na imparcialidade e na isenção por parte do Sr. Presidente do IPCB e por parte de alguns membros do Conselho Geral. Em nossa opinião, continua a intenção de prejudicar Idanha-a-Nova e os Idanhenses.

Pelo exposto congratulamo-nos com esta vitória, mas acreditamos que a nossa justa luta ainda não terminou. A Escola Superior de Idanha-a-Nova tem um passado de 30 de anos de História de vida gloriosa, um presente digno e por justiça terá um futuro promissor e a bem da coesão territorial.

O Movimento pela Autonomia da ESGIN
*António Catana
 António Fonseca
 Carla Santos
 João Couchinho
 Joaquim Martins
 Paulo Martins
 Rita Abrantes
 Teresa Caria
 Vitor Mascarenhas*